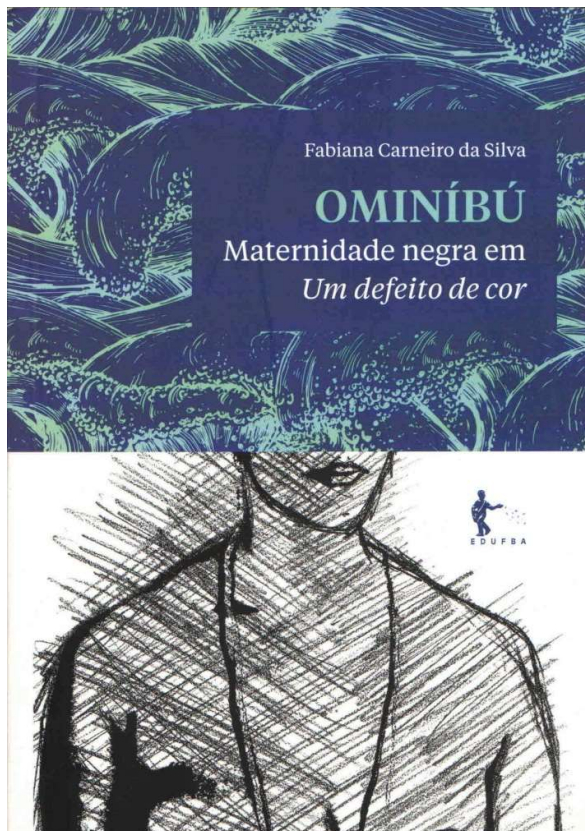


## A maternidade negra na encenação literária de *Um defeito de cor*.<sup>1</sup>

Maria Nazareth Soares Fonseca\*



A capacidade da mulher de gerar filhos é sustentada por tradições, discursos e práticas que regulam o modo como a maternidade passou a ser considerada em diferentes sociedades. Regras e normas culturais e sociais legislam os sentidos que a maternidade passa a ter na sociedade, sem levar em conta, na maioria das vezes, a possibilidade de a mulher deliberar sobre o seu desejo de ter filhos ou de não tê-los.<sup>2</sup> Valores e determinações culturais e sociais inscrevem no corpo da mulher emblemas da maternidade bem como os que denunciam a sua incapacidade de gestar, de dar à vida um outro ser.

A maternidade é valor altamente positivo em todas as culturas e, no continente africano, é considerada como o mais significativo traço da identidade feminina. Não sem razão, os movimentos literários que se produziram na África de língua portuguesa, na fase de conscientização

das lutas pela liberdade, celebraram a “mulher mãe”, que, como a terra, tem a capacidade de gerar e, por isso, torna-se a mais significativa expressão do continente. Assim como a terra, a mulher recebe o sêmen-semente, guardando-o em seu corpo para que se transforme em um novo ser. A capacidade de gerar/gestar transforma a mulher em “doadora de vida” e, no caso específico das literaturas africanas produzidas no pré-independência, em geradora do homem do amanhã, o novo homem imaginado pelos ideais de liberdade. Esses ideais serão assumidos por textos literários empenhados em fortalecer os alicerces da nova sociedade que nasceria junto com a libertação do colonialismo.

A estudiosa Érica Antunes<sup>3</sup>, refere-se a poemas das angolanas Alda Lara e Paula Tavares nos quais são feitas interessantes correlações entre a capacidade da

<sup>1</sup>. Este texto, nesta versão apresentado com ligeiros cortes e alterações, inclusive no título, foi publicado como prefácio no livro *Ominíbu - Maternidade negra em Um defeito de cor*, de Fabiana Carneiro da Silva, em 2019.

<sup>2</sup>. O questionamento dessas determinações culturais e sociais integra enredos de obras literárias de autoria feminina, traduzidas para o português, como, por exemplo, *As alegrias da maternidade* (2002), de Buchi Emecheta e *Fica comigo* (2018), de Ayobámi Adébáyô. O mesmo questionamento se dá em *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo.

<sup>3</sup>. ANTUNES, Érica, *Secreta encruzilhada: duas vozes femininas que (se) (trans)formam (a) poesia angolana*. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 127-144, 2º sem. 2009.

mulher de gestar um novo ser e a da terra, que abriga a semente, dando-lhe força para transformar-se em planta sadia e forte. Essa correlação se encena, por exemplo, como observa Antunes, no poema “Presença africana”, de Alda Lara, em que os significantes da maternidade se materializam em imagens da África como sendo a “Mãe forte da floresta e do deserto”<sup>4</sup>. O canto de louvor à terra africana celebra as paisagens da “Mãe-África”, cuja força é transformada em motivação para o poema que descreve as belas roupagens dessa Mãe, contrapondo-as ao sofrimento dos “carregadores do cais/suados e confusos” e dos “meninos/de barriga inchada e olhos fundos”<sup>5</sup>. A poetisa moçambicana, Noémia de Sousa, assume poeticamente, a figura da mãe (“Minha mãe de mãos rudes e rosto cansado”), para aludir aos impulsos que a motivam a escrever um poema que tatua “de negro o virgem papel branco”<sup>6</sup>, clamando por liberdade. A força da maternidade é também celebrada pelos versos do poema “Adeus à hora largada”<sup>7</sup>, do angolano Agostinho Neto, quando homenageia as mães negras, cujos filhos foram caçados no continente africano para construírem os espaços do Novo Mundo.

Se a escravização de africanos e africanas foi exercida como uma demanda mercadológica, desde o século XVI, instituída pelo capital, o canto de poetas e poetisas, na África do século XX, volta-se à celebração da maternidade como uma estratégia política de revalorização do corpo feminino, vendo-o como símbolo da terra africana. A poesia produzida nos tempos duros da colonização portuguesa ressignifica a capacidade gerativa do corpo da mulher africana e procura desconstruir uma história de transformação de corpos africanos plenos em *corpos de exploração*<sup>8</sup>, legitimando um estigma que será herdado por seus descendentes até os dias atuais.

A ganância dos mercadores de escravizados, dos donos das peças humanas compradas em mercados, transformara a maternidade em lucro a ser auferido da venda das crianças nascidas da escrava-mãe. Na visão do sistema escravocrata, a criança nascida da mãe escravizada era mercadoria a ser repassada àqueles que lhe dessem o maior preço no mercado, pouco lhes importando a dor vivida pela mãe e pela criança. O poder do senhor sobre os escravizados determinará as relações entre a mãe-escrava e os filhos que vier a ter, inclusive os concebidos através do estupro, prática bastante comum nos cenários demarcados pela escravização dos africanos e africanas.

O estupro é discutido por Ella Shohat e Robert Stam<sup>9</sup> quando consideram o modo como os corpos de mulheres africanas foram sexualmente explorados por seus donos, durante a vigência da escravidão, tanto nos Estados Unidos como na América Latina. Ao valorizarem um tipo de exploração cromática que permite considerar a negra como objeto altamente sexualizado, fica instituída a capacidade de a escravizada provocar a excitação irreprimível do homem branco.

Como consideram os estudiosos, tal visão desloca a questão do estupro das mulheres negras escravizadas para a afirmação de uma hipersexualidade do corpo

---

4. LARA, Alda. Presença africana. In: *Poemas*. 3ª Ed. Lobito: Capricórnio, 1973, p. 67-69.

5. LARA, Alda. Presença africana (1973, p. 68).

6. SOUSA, Noémia de. *Sangue negro*. Maputo: AEMO, 2001, p. 57-59.

7. NETO, Agostinho. Adeus à hora largada. In: *Sagrada Esperança*, 11ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987, p. 47.

8. MBEMBE, Achille. *Critica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014, p. 40.

9. SHOAT, Ellen; STAM, Robert. O estupro e a fantasia do resgate. In: *Critica da imagem eurocêntrica*. Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 236-243.

negro que passa, inclusive, a ser vista como anormalidade. Desse modo, a transformação do corpo negro em objeto hipersexualizado encobrirá a violência do estupro, permitindo, inclusive, que os filhos nascidos desse tipo de abuso possam ser vendidos como escravos. Essas formas de violência fazem com que a maternidade vivida pela mulher escravizada seja vista não como realização, mas como marca de situação de extrema opressão. Tal prática irá, portanto, refutar a visão da maternidade como redenção e expor o cruel sistema que, além de legalizar a exploração do corpo da mulher escravizada para o trabalho forçado, faz desse corpo lugar de realização de práticas de dominação em que o gozo do senhor é sempre obtido como expressão maior do seu domínio.

No cenário da escravidão, a mulher escravizada podia ser obrigada a amamentar os filhos dos senhores, transformando-se em ama de leite, o que, na maioria dos casos, a impedia de dar ao seu próprio filho uma amamentação satisfatória. Muitas vezes a mãe-escrava passava a habitar a casa grande, deixando o filho na senzala sob os cuidados de mulheres escravizadas mais velhas ou de crianças que ainda não tinham sido obrigadas a executar trabalhos junto com os adultos. Não raras vezes, a impossibilidade de amamentar adequadamente os seus próprios filhos engrossava o número de mortes por desnutrição de crianças escravizadas.

É importante ressaltar que o processo de escravização, tanto em África como nas Américas, provocará inúmeras transformações em culturas que valorizavam a fertilidade do corpo feminino e, por extensão, a gravidez e a maternidade. No âmbito do processo de escravização, o corpo da mulher será considerado, como o do homem, apenas força de trabalho, força motriz, como a explorada dos animais de carga. Nesse cenário, como já dito, mesmo a maternidade será vista como possibilidade de aumento do valor das peças femininas a serem oferecidas no mercado ou postas a trabalhar em mais de uma função. A mulher prenhe é fonte de lucro do proprietário, como se mostra no conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis<sup>10</sup>. Outras vezes, a maternidade é garantia de aleitamento para os filhos nascidos de mulheres brancas frágeis, inférteis ou que não pudessem/quisessem amamentar os próprios filhos.

A escravização impedia, por vários recursos, a vivência plena da maternidade pela mulher negra. A força gloriosa do corpo feminino que permite a gestação e a maternidade seria maculada pela certeza de que os filhos seriam tomados à mãe e, como ela, vendidos como escravos. O certo é que as africanas, ao serem trazidas como escravizadas para os espaços do Novo Mundo, tiveram a gravidez e a maternidade transformadas em fonte de maior lucro a ser obtido pelo dono do seu corpo, transformado em mercadoria desde o momento de sua captura.

Essas considerações sobre os significados da maternidade, sobretudo em culturas marcadas pelo estigma da escravidão fazem necessárias porque remetem ao modo como o tema é tratado no romance *Um defeito de cor*<sup>11</sup>, de Ana Maria Gonçalves, que recebeu estudo primoroso da professora Fabiana Carneiro da Silva no livro *Ominíbú - Maternidade negra em Um defeito de cor*<sup>12</sup>, publicado em 2019. O tema da maternidade é discutido, no livro de Fabiana Carneiro da Silva, levando em

---

<sup>10</sup>. ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, v. 2. P. 657-667.

<sup>11</sup>. Gonçalves, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

<sup>12</sup>. SILVA, Fabiana Carneiro da. *Ominíbú - Maternidade negra em Um defeito de cor*. Salvador: Edufba. 2019.

consideração o cenário construído pelo romance, ao retomar a história de uma mãe negra que, no final de sua vida, tenta localizar, no Brasil, o filho vendido como escravo pelo próprio pai. A relação entre a protagonista Kehinde e o filho desaparecido recobre a história do poeta Luiz Gama e de Luísa Mahin, a mãe referida por ele como sendo ativa participante da Revolta dos Malês. Das profundezas das águas, como sugere o título *Ominibú* dado ao livro e valendo-se do termo iorubá, são revolvidas as histórias que contam a travessia – ou melhor – as travessias feitas por uma mulher corajosa, que enfrenta, do jeito que conseguiu, os embates de uma ordem que intenta explorar até exaustão os corpos marcados pela ideologia escravagista.

No romance de Gonçalves, a história da mãe que procura o filho retoma tanto a afirmação feita pelo poeta negro Luiz Gama com relação à mitológica Luísa Mahin, quanto o imaginário sobre os malês e suas lutas no Brasil. Essas referências ajudam a compor a grande narrativa construída por Ana Maria Gonçalves, trazendo para a trama do romance, de forma bastante crítica, a vida das mulheres africanas trazidas como escravizadas para o Brasil. Ao relatar as peripécias de Kehinde, a narrativa retoma pontos de vista dos que viveram a escravidão, no Brasil, mas também vivenciaram o processo de retorno à África.

Ao contar a história de Kehinde, o romance mergulha no cotidiano da escravidão e dele recupera a prática dos castigos e do trabalho exigido como forma de assujeitamento do corpo. Com a mesma intenção, refere-se ao estupro de mulheres escravizadas e à prática de venda de filhos considerados bastardos porque eram oriundos de relações entre proprietários e suas escravas.

Já praticamente cega, a protagonista Kehinde/Luísa retorna da África para continuar a busca do filho e para lhe entregar a longa carta em que conta a sua trajetória, desde o momento em que fora capturada, em território africano e vendida como escravizada, tendo perdido, na viagem, sua irmã gêmea e sua avó, porque ambas não suportaram o sofrimento intenso imposto pela longa viagem da África ao Brasil. Da longa carta constam os detalhes das vezes em que Kehinde foi mãe e em que a maternidade foi exercida em diferentes espaços e temporalidades.

A experiência da maternidade é vivenciada pela protagonista do romance *Um defeito de cor*, pela primeira vez, seguindo o que era comum no período da escravização de africanos nos espaços do Novo Mundo. Quem comprava os corpos escravizados era dono deles, já que, no comércio de seres considerados “peças ou coisa”<sup>13</sup>, africanos e africanas eram vistos apenas como ferramenta necessária ao trabalho. O proprietário de mulheres escravizadas era dono do corpo delas tanto para o cumprimento dos trabalhos que deveriam executar, quanto para atender às demandas de uma ordem em que a posse da mulher era assegurada pela impunidade dos homens brancos, mesmo quando acusados de estupro (SHOAT; STAM, 2006, p. 238). No sistema de escravização de africanos, o estupro exemplificava o perverso poder do dono sobre a mulher escravizada, porque, indiretamente, podia se inscrever no quadro de disciplinarização vigente na época e na sociedade em que tais relações se davam.

---

<sup>13</sup> Os termos “peça ou coisa” são usados com o sentido que têm no texto de SCHWARCZ, “Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil”. In: Lillian Moritz Schwarcz; Leticia Vidor de Sousa Reis (Org.). *Negras imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 11-30.



Alguns elementos desse quadro de disciplinarização estão explícitos no romance, na cena do estupro de Kehinde, tecendo a significação do ato a partir do código disciplinador exposto pelo “Sinhô José Carlos”, quando afirma que “a virgindade das pretas que ele comprava pertencia a ele” (GONÇALVES, 2013, p. 170). Na cena, além da clara referência ao direito de uso do corpo escravizado, um outro significado fica inscrito, porque o crime, simbolicamente, também alude ao direito de vida e morte que fica determinado pelo preço que o proprietário pagou pela mulher no mercado de escravos.

Além disso, como acentua Fonseca<sup>14</sup>, fica marcado, na cena, o sentido disciplinador que o estupro adquire, pela exigência do Sinhô José Carlos de que o escravo Lourenço, que havia defendido Kehinde das investidas de seu dono, em outro momento, seja obrigado a assistir à brutalidade da posse. Reafirma-se, assim, no romance de Gonçalves um comportamento referido por Simone Pereira Schmidt<sup>15</sup> como próprio de um sistema “que brutalmente se impõe sobre o próprio corpo [da mulher dominada], através da violência sexual, moral, das agressões físicas, do aprisionamento, do estupro...

Do estupro nasce o filho Bankokô, marcado pela condição de ser um *abiku* e, por isso, ter vida curta. Considere que a maternidade vivida por Kehinde, em decorrência do estupro, dar-se-á na contramão de costume seguido por outras mulheres que viviam na mesma condição de subalternidade. Cientes de que “a única vida que poderiam dar aos filhos era a que elas próprias tinham, na escravidão, preferiam que não nascessem.” (GONÇALVES, 2013, p. 173). Mesmo tendo que conviver com o fato de que a mulher de seu dono e algoz exercer o seu direito de propriedade sobre o seu filho, ela nunca deixou de estar com ele, sempre que podia, até conseguir comprar as alforrias dela e do filho. Ficam evidentes, portanto, as negociações feitas por Kehinde para não abandonar o filho, assegurar-lhe uma vida mais humana e, ao mesmo tempo, evitar que ele fosse vendido como escravo.

É importante considerar que os fatos narrados no romance *Um defeito de cor*, como destaca a autora do livro, decorrem da visão de uma mãe que, no final de sua vida, dita suas memórias a uma escrevente para que sejam entregues ao seu segundo filho, Omotunde, também nascido no Brasil. Ela não pode conviver com ele, desde que ele foi, ainda criança, vendido como escravo pelo próprio pai, branco e português.

O relato da mãe que procura o filho nunca encontrado por ela constitui-se em narrativa que, ao mesmo tempo em que retoma elementos da relação das mulheres escravizadas com os brancos, faz-se na contramão tanto da saga das mães-pretas quanto da escravizada que é obrigada a doar o leite que brota de seus seios aos filhos de seus donos. Por outro lado, a maternidade vivida por Kehinde (que além do filho Bankokô, terá Omotunde/Luís, o que será vendido pelo próprio pai, no Brasil, e, ainda, Maria Clara e João, nascidos após sua volta à África) simboliza tanto a fertilidade do corpo negro como a capacidade da escravizada vivenciar diferentes experiências de ser mãe.

Cada experiência de maternidade vivida pela personagem Kehinde alude, no romance, a uma situação específica que é referendada pela macro história que corre

---

<sup>14</sup>. FONSECA, Maria Nazareth Soares. Diálogos entre História e Literatura em obras literárias africanas e brasileiras. *Revista Historiae*, Rio Grande, 6(1) pp: 243- 267, 2015.

<sup>15</sup>. SCHMIDT, Simone Pereira. Com o exílio na pele. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, p. 197-206.

paralela à história da protagonista. Assim, como demonstram as reflexões construídas pelo estudo de Fabiana Carneiro da Silva, a maternidade decorrente do estupro, como a vivida por Kehinde com seu filho primogênito, entrecruza-se, por deslocamentos e inversões, com a saga das mães pretas obrigadas a se distanciarem de seus próprios filhos para cuidar dos filhos dos senhores. Mas, certamente, também remete à valorização da mulher-mãe, em sociedades africanas, para as quais a maternidade é o maior valor.

É em quadro de deslocamentos e inversões que deve ser considerado fato de Kehinde, no romance de Gonçalves, suportar que o filho seja criado pela sinhá, a esposa de seu agressor, porque ela, como escravizada, sabia que ele teria melhor condição para lidar com a sua própria origem. Essa aparente aceitação de um fato legitimado pelo poder dos donos de corpos escravizados também pode ser lida como uma estratégia encontrada por Kehinde para driblar as normas que legislam sobre e o destino das crias das mulheres escravizadas. Aceitar que o filho fosse criado pela patroa estéril, no seio de uma família branca, é garantia de que ele não seria vendido como escravo. Assim, por vários artifícios literários, como também afirma Fabiana Carneiro da Silva, são trazidas para o romance formas de hierarquização características da relação existente entre as experiências de mulheres brancas e negras no século XIX no Brasil, sobretudo exibindo suas ambivalências e contradições.

Como também acentua Fabiana Carneiro da Silva, as imagens construídas sobre mãe e maternidade significam a luta de uma africana que veio ao Brasil como escravizada, tendo aqui exercido a experiência de ser mãe, sempre em luta contra a violência, o abandono, a solidão e mesmo com a culpa. A exposição dos direitos à maternidade negra escravizada, bem como a constante luta que caracteriza o trajeto de Kehinde rechaçam, todavia, a percepção de uma identidade vitimizada. A maternidade da mulher escravizada, no romance de Gonçalves, é vivida em situações diferenciadas e a perda dos filhos brasileiros, nascidos quando ainda estava ligada às normas da sociedade escravocrata, faz-se impulso a novas conquistas a serem alcançadas pela consciência de que é na luta que se constrói a liberdade e a consciência de si.

Como afirma o livro de Fabiana Carneiro da Silva, em suas páginas finais, a saga da protagonista, “a despeito da violência concreta e simbólica do racismo” (SILVA, 2019, p. 188-189) sofrido por ela, certamente estimula outras mães negras a resistirem à violência e a inscreverem, em cenários brasileiros, a fertilidade enquanto capacidade de criação e sublevação.

Belo Horizonte, março de 2020.

---

\* Maria Nazareth Fonseca é Doutora em Letras, Literatura Comparada, e Pesquisadora do CNPq e do Centro de Estudos Africanos (CEA/UFMG). É autora, entre outros, de *Literaturas africanas de língua portuguesa: mobilidades e trânsitos diaspóricos* (2015) e de *Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos* (2008). É também organizadora de publicações coletivas da maior relevância, tais como *Brasil afro-brasileiro* (2000) e *Poéticas afro-brasileiras* (2003), entre outras.